

OS SINDICATOS E O GOLPE DE ESTADO DE 1964: A EXPERIÊNCIA DOS METALÚRGICOS DO RJ

Marco Aurélio Santana¹

Com retardo em relação a alguns de seus vizinhos, o Brasil, a partir de lei sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 18/11/2011, instalou oficialmente, no dia 16/5/2012, a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Esta comissão visa investigar violações de direitos humanos por agentes do Estado que por ventura tenham ocorrido entre os anos de 1946 e 1988. Seus sete membros, e outros 14 auxiliares, terão dois anos de trabalho para, ao final, apresentar um relatório com os resultados encontrados².

A instalação da Comissão da Verdade, apesar das muitas polêmicas que gerou em termos de forma e conteúdo, era um passo já apontado por diversos setores sociais no sentido de abrir espaços para que os ataques contra os direitos humanos, perpetrados por agentes do Estado, não ficassem sem tratamento, como que esquecidos forçosamente sob o manto do que teria sido uma anistia, ou de formas de ação necessárias e justificáveis etc.

Contra tais processos de velamento do passado, instituiu-se a ideia de que a sociedade tem direito à justiça e à memória, bem como de lutar “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

É claro que tais movimentações respondem a jogos de força na sociedade, reverberando seus temas. Nesse sentido, da mesma forma em que o tema da “repressão política” e dos “direitos humanos” se impôs novamente na cena pública³, eles se impuseram também como temas de reflexão e análise acadêmica. Na última década, graças a efemérides como a de 40 anos do golpe de 31 de março de 1964, diversas áreas do conhecimento se voltaram para a busca de olhares alternativos para não só o que teria sido e representado o golpe de Estado de 1964, mas também de seus desdobramentos como regime. Os mesmos procedimentos já começam a se dar agora, quando das preparações das atividades acerca dos 50 anos do golpe de Estado de 1964.

A história dos trabalhadores brasileiros e de suas organizações tem sido alvo, em seus mais diferentes períodos, de já farta literatura. Contudo, deve-se dizer que muito ainda há para ser feito quando se tratam das análises dos movimentos dos trabalhadores no período da ditadura militar, sejam eles os mais subterrâneos até aqueles de maior aparição na cena pública. Por diversos – e compreensíveis – fatores, o período de abertura e redemocratização recebeu uma atenção muito maior que outros, a contar do marco da greve de 1978 no ABC paulista e do posterior ressurgimento, a céu aberto, do movimento dos trabalhadores. Cabe agora um esforço de pesquisa mais sistemático e aprofundado sobre o período que vai de 1964 até 1978.

Pode-se dizer que muito há para se fazer no que tange aos impactos dos governos ditatoriais pós-1964 sobre o trabalho e os trabalhadores brasileiros⁴. A forte repressão não facilitou o acesso às fontes que sobraram em meio às muitas que foram destruídas. Só mais recentemente alguns acervos têm sido abertos, o que favorece uma série de achados acerca de outros setores sociais, embora ainda não tenham sido explorados plenamente no que tange ao mundo trabalho. Da mesma forma, sob a repressão, a dificuldade de produção e análise de documentação oral não esteve facilitada, só se tornando possível nos momentos finais do regime de exceção.

Reconhecendo e reiterando a necessidade de se aprofundar o conhecimento do tema, a CNV instituiu um Grupo de Trabalho específico para tratar dos impactos do regime militar no mundo do trabalho, buscando investigar as formas pelas quais os trabalhadores e suas organizações foram atingidos pelas ações repressivas do regime militar⁵.

O presente artigo analisa, a partir da experiência concreta dos trabalhadores metalúrgicos do Rio de Janeiro, como se deu exatamente o mo-

mento do golpe e seus impactos imediatos para aqueles sindicatos considerados “linha de frente” à época. O que se espera, ao fim de tal investida, é contribuir para que a ação dos trabalhadores, através de suas práticas de resistência ou colaboração, possa ser realçada em suas variadas formas, em termos de sua importância, no interior do ambiente ditatorial, escapando de visões já consolidadas sobre o tema que o pensa apenas como lacunar, ausente e deficitário.

A ditadura e o mundo do trabalho

O advento do golpe de Estado de 1964 muda drasticamente a ambiência em que transitava o movimento dos trabalhadores brasileiros, abrindo-lhe um cenário de muitas adversidades e exigindo dele, para além de seu acervo tradicional, um renovado repertório de respostas. O golpe militar, com participação de setores civis em sua articulação e desdobramento, buscava, segundo suas justificativas, entre outras coisas, pôr fim ao que seria a “república sindicalista” que vinha sendo implantada pelo governo de João Goulart.

A década de 1950 foi um período de extrema importância para o movimento dos trabalhadores brasileiros. O sindicalismo, capitaneado pela aliança das militâncias do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) reformista, obteve grande avanço em termos de organização e mobilização, “por dentro” e “por fora” da estrutura sindical corporativa, na “base de trabalhadores” – através de seus conselhos sindicais – e na “cúpula sindical” – através de confederações e intersindicais –, o que resultou em decisiva participação dos trabalhadores no seio da sociedade e na vida política nacional. Viveu-se um período rico de lutas.

O sindicalismo, oscilando entre o controle estatal e a prática da resistência, encontrava suas principais bases de organização, ainda que não somente, nas empresas estatais, setores em que o PCB detinha grande presença e força. Esse movimento levou à criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)⁶, que atuou diretamente, com outras organizações populares, para a realização das reformas de base⁷ durante o governo de João Goulart. Entretanto, após mais de uma década de intenso crescimento e atividade, toda a estrutura organizacional dos trabalhadores brasileiros, na base e na cúpula, foi duramente atingida pelo golpe de Estado de 1964.

Após o golpe, a extensão das intervenções perpetradas pelo governo do general Castelo Branco (1964-1967) teve um grande alcance, podendo ser sentida em todas as esferas da vida sindical, principalmente nos setores liderados pelos sindicalistas mais aguerridos, na maioria dos casos

identificados com a aliança entre os militantes comunistas e trabalhistas⁸. Segundo Erickson,

De fato, o governo interveio em 67% das confederações, em 42% das federações e em apenas 19% dos sindicatos. Organizações sindicais de bancários e trabalhadores em transportes figuraram de modo proeminente nas greves políticas, entre 1960 e 1964, e foram atingidas com maior intensidade, proporcionalmente, que os outros setores. E, significativamente, os grandes sindicatos sofreram mais que os pequenos: o Ministério interveio em 70% dos sindicatos com mais de 5.000 membros; em 38% dos com 1.000 a 5.000 membros; e em apenas 19% daqueles com menos de 1.000 membros. O governo militar simplesmente decapitou o movimento trabalhista radical⁹.

Além de trabalhar nesse ataque direto às entidades, castrando-as de forma imediata, a ditadura também buscou atacar no longo prazo, atuando sobre a legislação e as formas de regulação do mundo do trabalho¹⁰. O governo passou, através de uma série de medidas, a reforçar o caráter de controle sobre o movimento sindical, já presente previamente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas que esteve mais flexibilizado no pré-1964¹¹. Assim, estabeleceram-se regras para a ocupação do espaço sindical, com candidatos sujeitos à avaliação pelo Ministério do Trabalho e pela Polícia Política, e restrição ao uso e acesso aos recursos dos Institutos de Previdência, então centralizados no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), cuja direção não se fazia mais parcialmente sob o controle dos trabalhadores, como nos antigos Institutos de Pensão, e sim através da indicação direta de seus quadros dirigentes pelo governo. No que diz respeito às mobilizações, apesar de uma suposta regulamentação e garantia do direito de greve, o que se deu de fato foi a proibição do que seriam greves políticas e de solidariedade, limitando quase totalmente a possibilidade de greves relativas à cobrança de salários atrasados.

O governo Castelo Branco implantou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Instituído pela lei 5.107/1966, esse dispositivo, que punha fim à estabilidade no emprego¹², incentivava diretamente a alta rotatividade de mão de obra por parte do patronato e, de modo correlato, dificultava uma ação sindical mais efetiva a partir dos locais de trabalho. Outro polo de ataque da ditadura foi a tentativa de refrear a inflação via uma política de contenção salarial, alcunhada pelo movimento sindical de “arrocho salarial”. Esta política foi sendo estabelecida aos poucos e quebrando a resistência encontrada en-

tre setores da Justiça do Trabalho. Depois de muitos mecanismos intermediários para ultrapassar tais resistências, que acabavam por burlar sua política, o governo baixou um decreto-lei, em meados de 1966, buscando regulamentar de forma rigorosa as determinações anteriores, tais como a que estabelecia que, se os tribunais trabalhistas concedessem, em qualquer acordo salarial, percentual superior ao definido na lei, a percentagem que superasse as determinações oficiais seria subtraída do fator de inflação projetada para o acordo salarial do ano seguinte.

De certa forma, são estas duas perspectivas que marcam os embates do movimento sindical nos anos vindouros. O Estado passou a alterar sua posição, no tocante tanto às questões trabalhistas como quanto às questões sindicais. Ainda que também se pautando pelo lastro da CLT, passou-se a dar realce aos seus ditames repressivos e de controle. Por não se propor a manter relações próximas aos sindicatos – como, de certa forma, era o caso dos sucessivos governos pré-1964 – e relegando a estes o papel de controle sobre os trabalhadores, o Estado cortou o canal de acesso, em termos políticos, que os sindicatos vinham tendo no período anterior e reforçou a lógica assistencial naquelas entidades. Os sindicatos deveriam ser correias de transmissão da política de controle dos trabalhadores aos ditames ditatoriais e de desenvolvimento de práticas assistenciais, no sentido de reduzir o ímpeto de demandas e possíveis mobilizações.

Com isso, não se visava propriamente enfraquecer os sindicatos; antes, buscava-se dar-lhes outro tipo de força. A ideia era fortalecer os sindicatos e o sistema corporativo para seu papel na construção da “nação” e da “coesão social”. Não é por acaso, portanto, que, por meio dos dirigentes impostos aos sindicatos pela via da intervenção, se visou tornar atrativa a filiação aos sindicatos, fornecendo mais benesses do que as já dispostas na CLT. Com isso, os associados passavam também a ter, entre outras coisas,

[...] preferência em indicações para o serviço público, se ficam desempregados; em crédito no Banco Nacional de Habitação ou outras instituições oficiais para compra de sua casa própria; [...] na compra ou aluguel de apartamentos sob o controle do governo, quando vagos por decisão judicial; [...] e em bolsa de estudo para educação secundária ou treinamento técnico, para eles próprios ou para os filhos¹³.

A expansão do sistema corporativo atingiu a área rural, onde, fechando as Ligas Camponesas – canal da intensa organização e mobilização dos trabalhadores no campo no pré-1964 (Montenegro, 2003 e 2004) – e intervindo

nos sindicatos mais atuantes, o governo espalha sindicatos oficiais sob o controle de líderes mais afáveis, aprovados previamente.

Quanto às questões trabalhistas, a intervenção direta do governo em termos das definições salariais fizeram com que o Estado se transformasse no centro do conflito. Claro que a batalha dos trabalhadores se dava, ainda, no confronto com o patronato para soluções de seus problemas. Porém, como passou a determinar os limites possíveis dos aumentos salariais, o Estado atraiu sobre si parte dos conflitos antes direcionados aos patrões. Desta forma, e mantendo os sindicatos sob controle, este passou a ser visto pelos trabalhadores não como um centro próximo, com o qual se poderia ter contato imediato e travar negociações, um interlocutor, mas sim como mais um empecilho a ser vencido.

Nas fábricas, os operários tiveram de enfrentar a política de “arrocho salarial” e o controle sindical da ditadura. Como já assinalado, em termos concretos, a ditadura buscava uma reestruturação da vida sindical. Para isso, ela tentou cortar os elementos e mecanismos da forma de funcionamento anterior, baseada no intenso militantismo. Além de intervir nas cúpulas sindicais, atacava duramente a estrutura de organizações nos locais de trabalho que podiam servir de pilar para a recomposição do movimento sindical mais aguerrido.

Visando dificultar ainda mais o caminho de recomposição do sindicalismo de corte atuante, o ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind, após autorizar a realização de eleições em centenas de sindicatos, elaborou a portaria de n. 40, que buscava limitar o acesso às direções dos órgãos sindicais por indivíduos alheios à vontade do governo. Ela instruía os interventores a iniciar processos contra as direções depostas pelo golpe por supostas irregularidades¹⁴, impedindo-as, pelo exposto na portaria, de tentarem retornar ao sindicato via eleição. Por todo o país, grupos de oposição e independentes tiveram de lutar para formar sua chapa, vencer os interventores e conseguir assumir seu mandato depois. Esta mobilização, em termos da cúpula sindical, tinha como lastro as mobilizações, ainda que surdas, nos locais de trabalho.

A visão de ocupação dos espaços, impedindo que os sindicatos fossem postos a serviço do regime militar, assumiu lugar importante na preocupação de alguns grupos de esquerda, principalmente a militância do PCB, hegemônica neste campo político¹⁵. O partido conclamou os militantes a participar de forma organizada das eleições sindicais, de reuniões, convenções e congressos, impedindo desse modo, juntamente com outras forças, a colaboração com a ditadura. Eles deveriam atuar nas entidades sindicais,

mas tendo como centro a atividade nos locais de trabalho, levantando com ações unitárias a luta pelas reivindicações econômicas, políticas e sociais dos trabalhadores.

Na verdade, esta visão do PCB acerca da ocupação dos espaços sindicais e da constituição das organizações por local de trabalho estava presente também nas preocupações de outros setores da esquerda. Podemos indicar aqui ao menos duas dessas posições já atuantes desde o pré-1964: uma defendida pela Política Operária (Polop), e a outra pela Ação Popular (AP)¹⁶. Mas, no meio operário, estas organizações não chegaram a ter a força aferida pelo PCB.

O PCB, que de certa forma via no espaço sindical o elemento-chave de reativação do movimento operário, trabalhava no sentido desse retorno aos sindicatos, apesar dos limites a que estavam submetidos. Nesta luta, os comunistas, como já fizeram em outras conjunturas, também travaram batalhas contra os setores mais conservadores do movimento sindical. Além disso, eles trabalharam no sentido da recuperação das entidades intersindicais que pudessem articular de forma geral a luta dos trabalhadores. No caso do enfrentamento com os setores conservadores, os comunistas atacaram as posições da diretoria de interventores da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Em setembro de 1965, a direção do órgão se pronunciou contra a revisão dos níveis do salário-mínimo, argumentando que isto acarretaria um aumento generalizado do custo de vida. Diante do suporte que a entidade foi concedendo às políticas do regime militar, o PCB definiu como prática de contra-ataque que seus militantes sindicais deveriam organizar os trabalhadores e “desmascarar” esses elementos, verdadeiros “traidores” da classe.

Nesta luta contra os setores mais conservadores, os comunistas denunciaram as pressões e as tentativas de aliciamento que os dirigentes sindicais “combativos e honestos” vinham sofrendo. Segundo eles, no plano da pressão atuavam o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e o Serviço Nacional de Informação (SNI). A ação desses órgãos vinha no sentido de coagir com ameaças as atividades sindicais (Frederico, 1987, p. 80).

No plano do aliciamento, entravam as entidades sindicais internacionais ligadas ao sindicalismo americano, que instalaram vários departamentos no Brasil no período pós-golpe. Uma delas, a Confederação Internacional de Operários e Sindicatos Livres (Ciosl), por exemplo, ofertava benesses aos interessados, tais como “[...] diárias, passagens e outras vantagens aos dirigentes sindicais que desejarem ir aos Estados Unidos, ao México e a outros países onde lhes serão ministrados cursos cujas aulas estão impregnadas do anticomunismo”¹⁷.

Na visão dos comunistas, estas ações tinham como objetivo esvaziar as entidades sindicais, enfraquecê-las e transformá-las em simples órgãos de caráter assistencial. De órgão de unidade e de luta dos trabalhadores por seus direitos e reivindicações, a ditadura desejava transformar as entidades sindicais dos trabalhadores em agências de “assistência social”.

Os metalúrgicos do Rio de Janeiro: um sindicato exemplar

O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro pode ser considerado um caso exemplar do sindicalismo hegemônico nos anos 1950, pois apresenta todos os elementos essenciais experimentados por aquele tipo de sindicalismo: participou de intersindicais regionais e nacionais¹⁸, fornecendo-lhes quadros dirigentes; desenvolveu uma forte organização nos locais de trabalho através dos conselhos sindicais de empresa, os quais, na entrada dos anos 1960, contavam mais de uma centena; foi dirigido pela aliança comunista-trabalhista; participou de grandes movimentos grevistas; e se orientou pela ideologia nacionalista. Desta forma, posicionou-se no rol das entidades mais importantes do período, por isso sua experiência nos primeiros momentos pós-golpe pode ser elucidativa, lançando luz sobre aspectos sentidos em termos gerais por outros sindicatos.

De 1955 a 1964, o Sindicato dos Metalúrgicos experimentou, tanto em sua diretoria como em seu corpo de militantes, uma política de unidade que, hegemônica pela aliança comunista-trabalhista, contava com a participação de socialistas, udenistas, independentes e membros dos Círculos Operários Católicos. De todos estes setores, o PCB se destacava, em termos de organização para obtenção de pontos táticos, em busca de um objetivo estratégico. Assim, o partido disputava em aliança os espaços de poder na instituição sindical, e, nesta disputa, o trabalho na base surgia como credenciamento para a ampliação da força política.

Os comunistas foram os responsáveis pelo grande incremento no número e na atuação dos conselhos sindicais, que tiveram, neste período, um de seus momentos áureos. Se estivesse disposta em um gráfico, a ocupação dos espaços na diretoria e na base pela militância comunista seria representada por uma curva ascendente forte e consistente. O poder obtido, contudo, parecia diluído no interior da política de unidade, tendo em vista o fato de que a militância do PCB e de setores do PTB praticamente se fusionou no que diz respeito às posições assumidas pela diretoria, a qual tinha em sua presidência Benedicto Cerqueira, que esteve à frente do sindicato de 1955 a 1963, saindo de lá só para um mandato de deputado federal em Brasília.

Nacionalista convicto, membro do setor nacional-reformista do PTB e amigo de João Goulart, Cerqueira cumpriu um papel fundamental na montagem da política de unidade. Clandestinos e com eterno receio de um retrocesso no regime, os comunistas – escaldados – viam em Cerqueira o elemento ideal para lhes servir de “fachada”. Porém, em certas situações, esta “fachada” acabava, por sua importância, se confundindo com o “rosto” com o qual os comunistas eram obrigados a se apresentar; fato que, se era aceito pelas lideranças intermediárias do PCB nos metalúrgicos, era mal digerido por setores dessa mesma militância, gerando tensões internas que foram se agravando.

Podemos perceber que a fração hegemônica na diretoria do sindicato acabou por imprimir certo padrão de atuação muito evidente quando analisamos as campanhas salariais, nas quais se dava o choque de interesse de empregados e empregadores. Discurso radicalizado, base mobilizada via conselhos, opção permanente pela via institucional, aceitação dos limites legais, forte disposição de negociar, esforçando-se para não trilhar o caminho da greve: estas eram algumas das componentes do referido padrão.

Muitas foram as vezes em que os metalúrgicos tiveram aumentos inferiores não só ao que demandavam como também aos índices de custo de vida anunciados pelo governo, mas mesmo assim a diretoria conseguia sua aceitação para tais percentuais. Diversos dispositivos de controle eram utilizados nessas situações, buscando a adequação dos trabalhadores diante das decisões da diretoria, perante o que considerava uma análise correta da correlação de forças e da conjuntura. Entre outros, podemos assinalar o carisma e a simpatia de Cerqueira entre a massa como um dispositivo informal; e o controle de amplos setores da massa organizada de trabalhadores via conselhos sindicais sob influência comunista, dispositivo formal que acabava por funcionar, entre outras coisas, como formador de opinião.

Porém, se foram muitas, não foram em todas as situações que os trabalhadores acabaram por se submeter ao controle da diretoria, mesmo quando ela secundarizava a defesa de seus interesses. Houve momentos em que eles romperam com o padrão proposto, forçando a diretoria a reorientar sua atuação, momentaneamente ou não. Vale dizer que, nesses casos, até militantes comunistas se integravam aos apelos da base que representavam, sendo obrigados a se posicionar contra deliberações do partido ou da diretoria do sindicato, na qual seu grupo dividia a hegemonia. Isso, junto a outros fatos, produziu sérias tensões na relação entre a direção partidária e sua base, que terminaram sendo resolvidas por mecanismos pouco ou nada democráticos no interior da máquina do partido.

Os comunistas à frente do sindicato

Será em meio às fortes turbulências do início dos anos 1960, após um longo período percorrido, que os comunistas assumirão efetivamente a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do RJ. É importante lembrar que já ocupavam a maior parte dos cargos na executiva do órgão (cinco dos sete existentes). A partir da eleição sindical de 1955 – na qual Benedicto Cerqueira foi eleito pela primeira vez para a presidência da entidade, em uma chapa de composição que incluía os militantes do PCB –, foram realizadas, até 1964, eleições em 1957, 1959, 1961 e 1963. Ao longo desta sucessão de pleitos, Cerqueira permaneceu sempre na presidência do órgão, escorado pelo bloco de composição que o havia eleito em 1955. Se ele permanecia na presidência do órgão, garantindo vaga cativa na cabeça das chapas, no interior destas fato correlato não acontecia. Isso porque, a cada processo eleitoral, os comunistas viam crescer seu poder de fogo, o que lhes possibilitava um avanço cada vez maior sobre os cargos nas chapas.

Esse avanço se deu em detrimento e sobre os espaços dos outros grupos, que viam minguar suas forças ao não poderem concorrer com a militância comunista em seu trabalho de base. Para que se tenha uma noção da presença numérica dos comunistas e de seu referido avanço, basta assinalar que na chapa que concorreu e venceu as eleições de 1963 eles, bem como sua “área de influência”, detinham cinco dos sete cargos existentes na executiva da direção do sindicato. A política de aliança competitiva começava a dar frutos visíveis dentro da política de unidade.

De meados a fins de 1963, Cerqueira, eleito deputado federal pelo PTB em outubro de 1962, teve de se afastar da direção do sindicato para assumir seu mandato em Brasília. De todo modo, a política de unidade continuava funcionando. Assim é que, utilizando-se de um recurso estatutário, realizou-se um remanejamento na direção, tornando o secretário-geral José Lellis da Costa o novo presidente e alçando ao posto de secretário-geral Ulisses Lopes, também membro do partido¹⁹. O processo, feito desta forma, garantia a Cerqueira o seu posto se, porventura, viesse a interromper seu mandato. Nesse processo, querendo ou não, os comunistas assumem o poder formal no sindicato²⁰. Não se pode dizer que, com isso, a ação da entidade tenha sofrido alguma alteração radical, já que, em alguns pontos gerais e específicos, havia uma coincidência entre a política de Cerqueira e a dos comunistas, e que a ação do sindicato já era dirigida em grande medida pela política dos mesmos.

Um ponto a ser destacado era o sensível incremento, devido à própria conjuntura, das tentativas de a militância comunista articular o espaço parti-

cular das questões da categoria com processos mais gerais. Olhadas as atas de reuniões e assembleias, algumas vozes questionam o que seriam, por exemplo, manifestações políticas pelos oradores. Na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 1963, após um dos presentes se posicionar condenando tais manifestações “numa assembleia específica por aumento de salários”, o comunista Mario Matheus de Lourdes, secretário da Federação dos Metalúrgicos e militante de muitos anos na categoria, de posse da palavra:

[...] lamenta que se tenham criticado as afirmações de caráter político na Tribuna. Lembra àquele companheiro o que seria de nosso Sindicato se Lacerda ocupasse o Ministério do Trabalho, e Borer a Chefatura de Polícia. Acredita que ninguém duvida do clima que teríamos pela frente numa campanha salarial. Entretanto, temos hoje um Ministro Almino Affonso, para o qual não existem greves ilegais. Pergunta então se não é justo que nos preocupemos com os problemas políticos, assumindo posições políticas em favor dos que se colocam ao lado dos trabalhadores e contra os eternos perseguidores da classe operária. Conclui afirmando que só com uma intensa participação nas lutas políticas é que a classe operária poderá libertar-se da miséria em que vive²¹.

A militância comunista, assim, buscava ampliar sua participação na categoria e as possibilidades de articulação dos trabalhadores metalúrgicos com as lutas gerais dos trabalhadores. Isto servia também como mecanismo de conscientização. Para que esta prática se efetivasse, a militância comunista à frente do sindicato se valeu da propaganda. Segundo o Relatório do Exercício de 1963²², “Durante o presente exercício, dado o crescimento das campanhas levadas a efeito no setor, o serviço de propaganda falada e escrita foi bastante elevado, apesar de reconhecermos que ainda não foi efetivamente necessário”. O espectro – falado e escrito – de instrumentos desta propaganda era amplo; teríamos manifestos, cartazes, palestras, o jornal *Voz do Metalúrgico*, bem como programas radiofônicos.

O eixo de continuidade com os períodos anteriores pode ser verificado pela manutenção do padrão de atuação da diretoria em termos da campanha salarial de 1963²³. Os componentes do padrão podem ser encontrados facilmente: seguiu-se a ideia de verificar e denunciar os problemas econômicos que atingiam os trabalhadores metalúrgicos; definiu-se que as exigências deveriam ser elevadas para cobrir tais problemas, contudo a estratégia passava por seguir os índices definidos pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Sept); seguiram-se vários debates no interior da

comissão de salários e nas assembleias, com posições pró e contra; enfrentou-se a inflexibilidade patronal; participou-se das negociações em mesas-redondas; defendeu-se o índice nas assembleias; e indicou-se a importância do obtido e da união dos metalúrgicos.

Na assembleia de 14/6/1963, que aprovou o acordo com os empregadores, dois pronunciamentos comunistas se destacam. João Massena indicou que a reviravolta patronal, aceitando uma tabela que arbitrariamente havia recusado antes, constituía uma vitória da corporação metalúrgica. Quanto à vantagem que ela representava economicamente, frisou que nenhum trabalhador poderia ainda manter ilusões sobre os aumentos salariais, já que apenas a modificação da estrutura econômica vigente no país poderia conduzir os trabalhadores a dias melhores. Abordou ainda a necessidade do reforço da luta pela conquista das reformas de base.

Por seu turno, Ulisses Lopes fez um apelo

A todos os companheiros para que se empenhassem cada vez mais na unidade de todos os metalúrgicos em torno do sindicato, reforçando a sindicalização, criando novos Conselhos, dando assim à Entidade uma base sólida e poderosa capaz de levar de vencida todas as barreiras que dificultam as conquistas de nossas reivindicações. [...] Uma vez superada a Campanha Salarial, nenhum outro objetivo, nenhum outro sentimento, deve permanecer no coração de todos, que não seja a fraternidade e o desejo ardente de unir para vencer.

A atuação dos comunistas vinha orientada por dois momentos importantes: a Declaração de março de 1958²⁴ e o V Congresso, realizado em agosto de 1960. Assim, marcados por todas estas questões, eles chegaram à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do RJ. Entre os pontos característicos desse momento, um residia no fato de que, sem a “fachada” ou a “máscara” que Cerqueira supostamente possibilitava à atuação dos comunistas, se começava a perceber que em muitos casos, como já dissemos, ela era seu próprio rosto. Outro ponto é que a vinculação partido/sindicato aprofundou uma crise interna na militância comunista metalúrgica. Não a vinculação em si, mas a sua forma.

Como assinalamos, de meados a fins dos anos 1950, o PCB passou por grandes discussões internas. A principal delas foi aquela inaugurada com a Declaração de Março de 1958, que teve como desfecho o “racha” de uma facção do partido, precipitado, entre outras coisas, pela alteração de seu nome em busca da legalização²⁵. A sigla PCB deixava de significar Partido Comunista do Brasil e passava a ser Partido Comunista Brasileiro, buscando descaracterizá-lo, mesmo enquanto um mero satélite no Brasil, do PC da União Soviética, principal

argumento utilizado quando de sua cassação em 1948. A parcela discordante, já desde a Declaração de 1958, “se separa” e mantém o nome com outra sigla – assim surge, em 1962, o PCdoB, Partido Comunista do Brasil.

Podemos dizer que as discussões e o próprio “racha” chegaram às bases comunistas metalúrgicas como eco distante. O que continuava a ocorrer era uma relação difícil entre essa base e a direção do partido, o que em outros períodos chegou a ter resoluções diferenciadas. Mesmo supostamente informadas por uma postura antistalinista, a direção manteve práticas bastante antidemocráticas em termos de vida orgânica. Diante dos questionamentos, no que diz respeito às suas deliberações, oriundos de membros da base metalúrgica, a direção e seus quadros intermediários simplesmente isolavam o autor ou autores destes sem justificativa.

O agravamento dessa relação tensa fez com que, segundo deliberação da direção, fosse dissolvida a base comunista dos metalúrgicos, cujos membros foram deslocados, enquanto atuação política, para seus bairros ou locais de moradia. Mesmo levando-se em conta o momento seguinte a um “racha”, a divergência, sempre salutar, ainda que em organizações centralizadas, não deveria ter tido esse tratamento, tendo em vista a necessidade de se agruparem forças no sentido da realização das tarefas propostas pelo partido.

Com a direção formal e informal do órgão de classe sob sua guarda, e enfrentando os problemas assinalados, os comunistas tentam dar novas linhas a determinadas questões. Porém, não tiveram muito tempo para isso. O ano de 1964 será sentido fortemente na categoria metalúrgica, tendo um de seus episódios mais marcantes ocorrido exatamente no que era considerada a “casa” dos metalúrgicos.

Em termos de conjuntura nacional, as turbulências do governo João Goulart caminhavam para seu momento mais crítico. As crises econômicas e políticas solicitavam soluções imediatas, para um lado ou para outro. Março de 1964 vai se tornar um mês de definições. As forças conservadoras na caserna e em instituições da sociedade civil agiam cada vez mais resolutas para impedir a constituição do que chamavam uma República sindicalista no Brasil. A conspiração dava passos largos.

Por sua vez, os setores progressistas da sociedade, tendo à frente as entidades de trabalhadores, se esforçavam em busca da implantação das reformas de base, garantidas por Jango em seu discurso no famoso comício do dia 13 de março, na Central do Brasil. O conteúdo do discurso e o local onde foi proferido desagradaram profundamente os setores do exército, agravando o quadro. A situação chega ao seu momento agudo após os acontecimentos de fins de março, os quais tiveram como palco o “Palácio do Metalúrgico”, sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Desde sua inauguração, o “Palácio do Metalúrgico” se tornou uma grande referência para o movimento social no Rio de Janeiro, o que se deu tanto pela importância do próprio sindicato como pelo amplo e moderno auditório²⁶ do local. Foram muitas as entidades que solicitaram o seu espaço para a realização de assembleias, solenidades, festividades etc. Entre elas, podemos destacar: a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (Ames), sindicatos, diversas associações de moradores e até mesmo de bombeiros e policiais militares.

Em meados de março de 1964, chega ao sindicato um ofício da Associação dos Marinheiros, presidida pelo marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos, o famoso “Cabo Anselmo”, solicitando em caráter de urgência a utilização para as solenidades comemorativas do aniversário da associação, que contaria inclusive com a presença de João Goulart. Esta solicitação foi aprovada após uma rápida consulta feita à diretoria pelo presidente José Lellis da Costa.

Para os próprios metalúrgicos, a sede se tornara uma referência em razão de suas atividades, como cursos, bailes, torneios, festas, campanhas, congressos etc. Além disso, a sede era palco de eventos importantes como palestras de políticos (Leonel Brizola, Almino Affonso, entre outros) e a recepção do cosmonauta soviético Yuri Gagarin, que acabara de retornar de sua odisséia no espaço. O Relatório do Exercício de 1963 indica, por exemplo, que:

No dia 2 de setembro de 1963, realizou-se em nossa sede um grande ato público promovido pela Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado da Guanabara, que comemorou seu 4º aniversário. Ao ato estiveram presentes inúmeras Delegações Militares de outras corporações militares da Guanabara e de outros Estados da Federação.

No dia marcado, os membros da associação, compondo um grande número de marinheiros, ocuparam o sindicato para a realização das solenidades. Premeditada ou não, ao final surgiu a proposta de que os marinheiros, liderados por Anselmo, fossem até o Ministério da Marinha, reivindicando a liberdade de parte de sua diretoria, que estava detida, e o fim das punições de que era vítima. Ela foi substituída pela proposta de permanência no interior do sindicato até verem suas reivindicações atendidas. Surpreendidos, os comunistas na direção do sindicato vieram às pressas tentar dissuadi-los. A eles logo se juntaram parlamentares, militares “progressistas” e lideranças sindicais nacionais. De nada adiantou. Os marinheiros só se retiraram no terceiro dia de ocupação, quando a tensão com o alto escalão militar já era máxima, saindo em passeata até a Candelária.

O movimento termina com a prisão de Anselmo, o que levou a uma pressão dos setores “progressistas” sobre o governo, culminando com a substituição do ministro da Marinha. Esse acontecimento, em todos os seus fatores, vai ser um dos elementos principais para a precipitação do golpe de 31 de março de 1964.

Os comunistas, o golpe e a Junta Governativa

Com o golpe, abre-se um novo período de perseguições e prisões que se centram imediatamente sobre as lideranças sindicais – cirurgicamente sobre as mais organizadas e mobilizadas para depois aumentar seu espectro. O movimento organizado dos trabalhadores vai sofrer um dos baques mais duros de sua história no Brasil. Sendo uma das referências da luta dos trabalhadores em nível nacional, sempre figurando em lugar de destaque, o Sindicato dos Metalúrgicos do RJ se tornará alvo claro para as “forças da reação”.

O “Relatório de Atividades” do ano de 1963 tem sua seção de conclusão na página de número 35. Nela, há o agradecimento da diretoria à categoria pelo apoio às atividades do sindicato durante o referido ano, segundo o qual

[...] ficou claro que nossa corporação metalúrgica desempenhou papel importante nas lutas por suas próprias reivindicações, assim como deu uma contribuição valiosa às lutas gerais da classe operária, de todos os trabalhadores e demais forças progressistas por sua emancipação, cumprindo, assim, as reais finalidades das entidades sindicais, confiantes que em 1964 nosso Relatório será ainda mais enriquecido pelas grandes lutas que iremos travar em nosso bem e de todos que lutam pelo progresso, pela felicidade e bem-estar de um futuro radiante. (Relatório de Atividades, 1963).

A data impressa ao final da seção de conclusão do relatório, sob a qual deveria pôr sua assinatura o presidente da entidade José Lellis da Costa, era 31 de março de 1964. Os motivos do vazio deixado no documento pela falta da assinatura reportam também a não realização dos desejos tão alvissareiros, expressos no relatório, para o ano de 1964.

Após o golpe, a sede do sindicato foi invadida pela força policial, que, como um verdadeiro furacão, quase o demoliu internamente, tal o grau de destruição que praticou nos seus departamentos, salas, móveis e documentação. Completando o quadro, dias depois, o ministro do Trabalho Arnaldo Sussekind lançou uma portaria intervindo formalmente no sindicato. Criou-se uma Junta Governativa que deveria “normalizar” as atividades do órgão, na qual constavam nomes e apoio dos setores mais conservadores, que já

havia feito parte do bloco dirigente da entidade em conjunto com os progressistas, dentro da política de unidade.

No dia 20 de abril de 1964, circularam entre os metalúrgicos do RJ dois documentos vindos do sindicato, assinados pela Junta Governativa. Um, tratava-se de uma Proclamação aos Metalúrgicos; o outro, uma Declaração da Junta Governativa aos empregados e patrões na Indústria Metalúrgica da Guanabara e das Extensões de Bases no Estado do Rio. Na verdade, a “proclamação”, apesar de terminar assinada por “A Junta Governativa”, tinha como assinantes os nomes de Izaltino Pereira, Antonio de Almeida, Eurypedes Ayres de Castro, Guiomário Gomes de Brito, José Antonio Pereira, Expedito Aleluia e “outros”. Nela, este grupo aponta que, diante da situação do sindicato, entrou em contato com o ministro do Trabalho, o qual teria lhes autorizado a indicação de alguns nomes para constituírem a Junta Governativa: David Borges da Silva, Giovanni Américo Maranhão e João Antonio Pereira.

A indicação, presente no texto, de que este grupo de metalúrgicos se dirigiu ao ministro do Trabalho assinala um dado interessante: ao mesmo tempo em que serve de justificativa para o grupo estar à frente do sindicato nesse novo momento, serve também como certa afirmação de protagonismo e preocupação com a entidade. De todo modo, complementa a ideia da imposição das juntas pela ditadura. Ela ocorreu, é evidente, mas, ao mesmo tempo – como demonstra este caso, em um sindicato importante –, foi também associada às articulações dos próprios trabalhadores. Ela se deu menos como uma mera imposição de cima e de fora – o que poderia produzir focos de resistência imediatos – e mais como uma tentativa de buscar, através de personagens com certa circulação nas categorias e até mesmo nas instâncias organizativas das entidades sindicais, a realização da estratégia de rápida capilarização da sustentação do novo regime.

O tom do documento de uma página, apesar de ser o de defender o sindicato, traz uma forte crítica à “atuação irresponsável de meia dúzia de seus quadros”, considerando

[...] deveras lamentável que a maioria dos companheiros que respondiam pelos destinos de nossa entidade, descurando-se inteiramente dos interesses cotidianos da classe, tenham passado a envolver o nosso Sindicato em todo tipo de agitação política, o que efetivamente escapa aos objetivos precípuos da entidade. Assim, por responsabilidade exclusiva desses companheiros, o Sindicato [...], cuja consolidação representa o esforço de sucessivas gerações de militantes e associados, viu-se colocado no centro mesmo da crise político-militar, atraindo para si represálias e choques que, não fora o comportamento

dos aludidos dirigentes, deveria estar circunscrita à área política e não ao setor das organizações profissionais. (Proclamação aos Metalúrgicos).

O documento conclui por pedir aos metalúrgicos que colaborem “sem reservas” com os membros indicados para a junta. Com tal apoio, se teria a certeza de que

[...] a Junta saberá conduzir os destinos de nossa gloriosa entidade, dentro do espírito da nova ordem revolucionária, que se tornou vitoriosa entre outras coisas para assegurar ao sindicalismo brasileiro o caminho do desenvolvimento independente, liberto das influências espúrias e político-partidárias. (Proclamação aos Metalúrgicos)

Já no que diz respeito à Declaração da Junta, vertida em duas páginas, pode-se dizer que é idêntica ao documento anterior. Ela conclama o apoio à junta, assinala “fé e confiança”

[...] nos companheiros ativistas dos [sic] líderes sindicais, que sempre pautaram sua conduta de modo a impedir que nossa organização de classe fosse arrastada para movimentos estranhos à sua missão, mais precisamente, para mantê-la acima da luta político-partidária, certos de que esse caminho só podia trazer decepções desagradáveis para a entidade. (Declaração da Junta Governativa...)

Além disso, o documento indica o estado de destruição em que se encontrava o palácio, criticando tanto “àqueles que não souberam cumprir com os compromissos que voluntariamente assumiram [...]. Sem medir consequências, abandonaram seus postos, deixando nosso patrimônio exposto ao ataque e à depredação”; como também aos perpetradores de tal destruição, “elementos recalcados e sádicos, que aderiram ao movimento revolucionário apenas para dar vasão [sic] aos seus baixos instintos e não para restituir à nação a tranquilidade perdida”. Estes “elementos” não teriam percebido que “o material destruído em nossa sede não pertencia ao reduzido número de aventureiros que se infiltraram em sua diretoria mas a uma numerosa corporação de trabalhadores, merecedora de todo respeito”. A declaração assinala que tal atitude não tem o apoio dos “ilustres chefes de nossas Forças Armadas que conduziram o movimento revolucionário, desde que este se fez não para destruir mas para construir”.

Pelo documento, a junta faz um apelo aos empregadores

[...] no sentido de que contribuam para o rápido restabelecimento de um ambiente favorável à retomada do entendimento respeitoso e em pé de igualdade que deve presidir nossas relações. Neste sentido, não se justifica a prática de arbitrariedades e perseguições mesquinhas contra seus empregados. (Declaração da Junta Governativa...)

Ela pede aos patrões que compreendam o “sentido profundo do movimento de abril” e não o amesquinhem, “atribuindo-lhe um sentido ante-operário [sic]”. Pede, ainda, aos trabalhadores nos locais de trabalho que saibam “cumprir com suas obrigações [...] para que não lhes falte moral para impor os direitos que lhes queiram sonegar”.

A declaração apresenta o que seria a proposta central da junta para as relações entre capital e trabalho. Segundo ela, “nosso propósito mais alto consiste justamente em restabelecer um clima de harmonia entre nossa entidade e a organização patronal, clima que desapareceu em consequência da perda recíproca de confiança”. Mas faz uma ressalva de que “essa cordialidade não envolve nem poderá envolver a renúncia a qualquer das nossas conquistas e reivindicações”.

O documento é finalizado com a indicação às autoridades governamentais de que poderiam “contar com os esforços de toda a classe metalúrgica da Guanabara com o objetivo de, no mais curto prazo, restabelecer a tranquilidade nacional, há tanto tempo perturbada”. Apela-se para que tais autoridades se “mantenham vigilantes para impedir injustiças com quem quer que seja e muito especialmente com os humildes, com os pequenos, com os trabalhadores”.

Assim, tendo em vista a retomada das atividades do sindicato e a proteção dos trabalhadores, em outros eixos, a junta propunha apoio às novas autoridades e à “nova ordem revolucionária”, atribuía a culpa aos “aventureiros infiltrados” e a harmonia ao patronato.

Esta será a forma e o conteúdo também do Relatório da Junta Governativa, que conclui:

[...] por responsabilizarmos os associados que abaixo se publica pelos graves danos trazidos à nossa corporação, excluindo dos titulares da Diretoria, apenas o companheiro Heraclides Santos, única voz discordante no grupo dirigente empenhados numa aventura política sem futuro. (Relatório da Junta Governativa)

O documento segue indicando uma lista de nomes integrantes da direção do sindicato. Por meio de um despacho do diretor-geral do Departamento

Nacional do Trabalho (DNT), este nomes acabariam impedidos de exercer qualquer cargo em entidades sindicais; mesmo Heraclides Santos, que havia sido poupado pela junta.

O relatório se reveste de importância histórica por alguns motivos. Nele se repete a descrição já presente nos documentos anteriores da verdadeira destruição a que foi submetida a sede do sindicato. “Encontramos o sindicato, desde o andar térreo até o último, reduzido a um montão de ruínas, mais parecendo que um vendaval sobre ele houvesse desabado.” Além disso, há a indicação de que nos trâmites junto ao Ministério do Trabalho para a designação dos nomes que comporiam a junta, houve “a eficiente colaboração da Confederação Nacional dos Círculos Operários, na pessoa de seu assistente eclesiástico Padre Veloso”. Deve-se lembrar de que Giovanni Américo Maranhão, membro da junta, era tradicional representante dos Círculos Operários Católicos no sindicato²⁷.

Um ponto importante encontrado neste documento é a análise histórica que tenta fazer da trajetória do sindicato desde os anos 1950, identificando o avanço da hegemonia comunista ao longo do tempo. Logo em seu início, com o mote dos anteriores, a junta assinala o fato de que “o grupo majoritário da Diretoria bateu em retirada”. Ao lado de outras “Diretorias envolvidas em atos de caráter políticos, acobertados pelo governo deposto [...] tão logo tomaram conhecimento da vitória dos opositores do Governo Federal, trataram de fugir, abandonando os postos que exerciam por mandato conferido pelos trabalhadores”. Segundo a junta:

Apoiados em pequeno mas ativo grupo de associados, o que lhes dava o comando das assembleias, fizeram ser aprovadas propostas muitas vezes injuriosas às autoridades que divergiam de sua orientação. Outras vezes faziam votar programas de ação incompatíveis com a sistemática sindical em vigor. Tais elementos constituíam-se na brigada de choque de aventureirismo político desencadeado pela Diretoria da entidade, estimulada e promovida por elementos irresponsáveis em órgãos sindicais espúrios ou pela cúpula governamental. (Relatório da Junta Governativa)

O documento volta ao ano de 1953 para iniciar a análise, a partir de seu viés, do que seria “o último período da vida de nossa entidade”. Trata do fim da intervenção de Manoel Cordeiro, durante o governo Dutra, criticando-o e indicando que o grupo que lutava pelo fim da intervenção contou sempre com “a mais completa oposição do grupo comunista. Este preconizava o abandono do sindicato e a organização de outra entidade”. Finda a intervenção, apesar

da oposição comunista, o sindicato teria prosseguido “sob a hegemonia dos democratas ate 1959”. Contudo:

A partir daquela data [...] as posições dos comunistas nos destinos da entidade passaram a se ampliar, com a cumplicidade do então Presidente Benedito Cerqueira. Este tinha objetivos políticos e por estes resolveu sacrificar não só a entidade mas os compromissos assumidos e com os quais formara nos momentos difíceis. Fez vistas curtas à campanha de difamação que contra ele moveram os comunistas. Queria subir, e aquela seria a escada. (Relatório da Junta Governativa)

Obviamente construindo a história desde um ponto de vista nada li-sonjeiro com os fatos, a junta indica que tudo que havia sido conseguido para a categoria se deu exatamente “no período em que os extremistas não tinham influência em nossa diretoria”. Cerqueira, desta forma, era transformado de aliado de outrora em autor de “manobras desonestas”, “cego por ambições políticas”. Ele teria aberto espaços aos comunistas sem perceber que eles “não tinham nem têm qualquer amor à classe, que visavam apenas transformar em massa de manobra para conquistas políticas”.

O documento deixa claro que Cerqueira “desprezou seus velhos companheiros” chegou a ser contatado por “católicos e democratas” para a formação de outra chapa e não aceitou. A gestão do comunista Lellis é classificada como “a pior administração da história de nosso Sindicato”. Segundo a junta, ele seria derrotado em breve nas urnas, “a revolução de março apenas precipitou os acontecimentos. Consumou o que aconteceria inevitavelmente – o isolamento da minoria comunista e daqueles que se acumpliciaram a suas manobras”.

Na visão estampada no documento:

Nos últimos quatro anos, a equipe dirigente de nosso Sindicato, com poucas vozes discordantes e sob virtual hegemonia comunista, colocou-se a Entidade ao serviço da agitação política. Todas as campanhas legítimas – defesa do salário, defesa da indústria nacional etc. – foram desvirtuadas e colocadas a reboque da política partidária, objetivando modificar a ordem constituída. Nossas assembleias deixaram de dedicar-se aos assuntos pertinentes à classe para se transformarem em atos políticos, pró ou contra as autoridades, segundo sua posição concordasse ou se opusesse aos objetivos da minoria sindical dominante. Nossa casa foi transformada em centro de agitação, abertas suas portas à pregação subversiva que nada tinha a ver com os interesses específicos dos metalúrgicos, a ponto de tão valioso patrimônio achar-se mesmo

no centro da última crise política, posto que aqui é que se desenrolaram [sic] parte dos principais acontecimentos vinculados à assembleia dos marinheiros. (Relatório da Junta Governativa)

A junta tenta construir a visão de que a intervenção tinha lá suas razões, dados os “desvios” produzidos pela “minoría” de “aventureiros”. Apesar de demonstrar suas simpatias pela “revolução de março”, tenta se distanciar do que teria sido a Junta Governativa de Manoel Cordeiro de fins dos anos 1940, bem como de um “sindicalismo amorfo” no presente, sempre indicando que lutaria para que os direitos dos trabalhadores não fossem prejudicados.

O desmanche

Observado o grupo de sindicalistas que ocorreu – “diante da situação em que se encontrava o nosso sindicato” – ao Ministério do Trabalho para indicar os nomes de membros para a junta, percebe-se que estes eram de forças políticas que, apesar de já atuarem no sindicato, estavam hegemônicas pela aliança comunista-trabalhista. Tratavam-se de membros efetivos dos setores conservadores. Eurypedes Ayres de Castro era um deles. Talvez por isso sua gestão tenha sido preservada das críticas. E, talvez também por isso, tenham dedicado críticas duras a Benedicto Cerqueira, que em sua visão não só havia se afastado dos antigos companheiros para se associar aos comunistas como havia possibilitado a estes o espaço para crescerem em importância e hegemônicas os demais. Desse modo, os grupos conservadores serviram-se do golpe para derrotar o setor que não conseguiram derrotar na prática política livre.

Finalizando o documento, segundo a junta, “Censurando aqui mais um episódio de nosso sindicalismo”, caberia “ao nosso quadro social julgar-lhes, para que respondam pelos prejuízos que deram à Entidade e ao Brasil”. E os indicados na lista elaborada pela junta, como muitos outros, acabaram pagando um alto preço. Nessa lista constavam nomes que outrora haviam também estado nas listas de Cordeiro, enviadas, à época, ao Ministério do Trabalho, e que representavam o grupo hegemônico no sindicato, articulando comunistas e trabalhistas reformistas: Benedicto Cerqueira, José Lellis da Costa, Ulisses Lopes, Alberto Almeida de Sampaio, Sebastião Pinto Nogueira, João Batista Nunes, Raphael Vital, Mario Matheus de Lourdes, João Massena de Mello, Ubirajara Wenceslau de Castro, Octacílio de Castro, Jarbas Gomes Machado, Hermogênio Ferreira, Lenine Reis, José Souto de França, Elizeu Gomes de Freitas, Aurelio Rosa, Aureo Ferreira, Jarbas Rocha dos Santos, Ozéas Antonio de Sant’anna e João de Brito Vaz Coelho.

Tempos depois, como já mencionamos, o diretor-geral do DNT emitiu outra lista, com a perda dos direitos sindicais até que o Poder Judiciário se manifestasse, que continha alguns destes nomes, mas excluía uns e inseria outros. Da lista do DNT, o que chama a atenção é a inclusão de nomes como os de Izaltino Pereira e Antonio de Almeida, que figuravam entre os nomes que se reuniram com o ministro para a indicação da junta²⁸.

Para toda uma geração de militantes sindicais, chegara o fim da estrada. Perseguições e prisões passaram a ser moeda corrente no sindicato e nas fábricas. Instaura-se um Inquérito Policial Militar (IPM), n. 709, sobre o comunismo e as atividades comunistas no Brasil, com menções específicas sobre o Sindicato dos Metalúrgicos do RJ, o que levará vários dirigentes e ativistas à cadeia. As pressões psicológicas de todo o processo foram de grande monta. O então presidente da entidade, José Lellis da Costa, por exemplo, teve sérios problemas neste aspecto.

O PCB, que servia de fio organizador e orientador de força militante, no sindicato e nas fábricas, passou a enfrentar na categoria forte desarticulação e dificuldade de reaglutinação, que só seria recuperada mais à frente na conjuntura. A estrutura e a atividade dos conselhos sindicais de empresa, nos locais de trabalho, sofreram um forte impacto, passando por grandes reformulações que, em curto espaço de tempo, levariam ao desmonte da estrutura participativa dos conselhos, pondo fim a um trabalho que já vinha de longa data.

Mais de uma década de trabalho organizativo ruíra, na cúpula e na base, como um castelo de cartas, sem impor resistência. Uma vez mais, acompanhando *pari passu* movimentos da sociedade brasileira, o Sindicato dos Metalúrgicos do RJ, depois de um período de grande atividade, soçobrava em um mar de impedimento e exclusão. Uma geração de militantes via ali encerrada, de forma trágica, sua passagem pela história da categoria.

Vale dizer que nenhum dos nomes desta geração, presentes na direção sindical cassada em 1964, conseguiu restabelecer sua militância sindical. Foi um fim de linha dramático à sua atuação. O trabalho de resistência e retomada do fôlego sindical, para além dos limites de atuação impostos pelo novo regime e pela junta, ficaria por conta da chamada “linha auxiliar” das militâncias dos grupos políticos atuantes na base da categoria. Eram militantes pouco conhecidos, com atuação mais silenciosa, tanto nas empresas como no sindicato, que serviam de apoio de base às políticas até então empreendidas. Agora, nesse novo contexto, recaíra sobre eles a tarefa de desenvolver ações e disputar os rumos da orientação política da categoria.

Deve-se dizer, contudo, que, nesses primeiros momentos pós-golpe, mais do que resistência propriamente dita, o que se verifica nestes grupos

era a tentativa de se proteger e ir preparando o caminho para possíveis ações futuras. Enquanto isso, os setores que optaram pela sustentação do regime agiam aberta e rapidamente. Produziu-se uma inversão. O grupo que apoiava o governo anterior e era situação no sindicato passaria à oposição sindical, combatendo o grupo que antes era crítico ao governo e, com o golpe, passou a ser situação no sindicato e base de sustentação do novo governo. Entretanto, enquanto no pré-1964 os grupos que não concordavam com a diretoria podiam apresentar suas ideias de forma aberta nas reuniões, encontros e assembleias, este não era o caso no pós-1964.

Os impactos do golpe em um sindicato de destaque no sindicalismo da época indicam alguns pontos interessantes. Chama atenção o grau de surpresa com que foram surpreendidas suas lideranças, a elevada dificuldade de manter um nível suficiente de articulação pós-golpe, bem como a dificuldade que encontraram, ainda que tentassem, para manter a atuação nas fábricas. Deve-se notar, ainda, a participação ativa de setores atuantes na entidade no sentido da sustentação política do novo regime ditatorial no seio da categoria e como buscaram justificar suas escolhas – relendo seletivamente a história da categoria, responsabilizando seus oponentes etc. Estes setores, antes hegemônicos pela aliança comunista-trabalhista, viram no golpe, e na condição de apoiadores dele, a chance de virar o jogo, retirando os oponentes do caminho. Tanto no sentido de resistência quanto no de apoio ao regime que se instalava, percebe-se a forma ativa como os trabalhadores buscaram responder ao cenário que ia se montando e que lhes serviria de novo espaço de ação a partir dali.

RESUMO

O presente artigo analisa, a partir da experiência concreta dos trabalhadores metalúrgicos do Rio de Janeiro, como se deu o momento do golpe civil-militar de 1964 no que se refere aos seus impactos imediatos para aqueles sindicatos considerados “linha de frente” à época. Contrariando visões consolidadas sobre o tema, analisa a importância da ação dos trabalhadores, por meio de suas práticas de resistência ou colaboração, no interior do ambiente ditatorial.

PALAVRAS-CHAVE

Sindicalismo; ditadura; aliança comunista-trabalhista.

The labor unions and the coup of 1964: the experience of metalworkers of Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This article analyzes, from the concrete experience of metalworkers of Rio de Janeiro, how was the time of the civil-military coup of 1964 in relation to its immediate impacts for those unions considered “front line” at the time. Contrary consolidated views on the subject, analyzes the importance of workers’ action, through their practices of resistance or collaboration within the environment dictatorial.

KEYWORDS

Syndicalism; dictatorship; communist-labor alliance.

NOTAS

¹ Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ. Contato do autor: marcosilvasantana@gmail.com.

² Dados os desenvolvimentos dos trabalhos, já se tem falado na ampliação destes prazos. No dia 22/5/2013 veio a público o primeiro relatório apresentando os resultados das atividades da CNV até ali.

³ Entre outros exemplos, temos visto não só a forte ação de grupos em defesa dos direitos humanos como também a constituição, ou tentativa, de Comissões da Verdade em nível estadual, bem como em universidades, por todo o país.

⁴ Um conjunto de trabalhos pode ajudar o leitor com referências às diversas visões acerca do período de ditadura. Entre outros, ver TOLEDO, Caio N. de (org.) *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1997; SOARES, G. A. D.; D'ARAÚJO, M. C. (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994; AARÃO REIS Fº, D.; RIDENTI, M.; MOTTA, Rodrigo P. S. (orgs.) *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois, 1964-2004*. 1ª ed. Bauru: Edusc, 2004; ARAÚJO, M. P. N. et al. (orgs.). *1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2004; FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004; FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria P. N. (orgs.). *1968 – 40 anos depois: história e memória*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

⁵ Este é o GT Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical. É interessante a perspectiva exposta no próprio nome do GT, de que estarão em tela as questões atinentes às entidades sindicais, mas também aos trabalhadores em sentido geral.

⁶ A partir de 1962 até a data do golpe de Estado, o CGT agenciou, em termos nacionais, a luta dos trabalhadores brasileiros. Pode-se dizer que o CGT seria o coroamento do conjunto de experiências intersindicais que foram sendo desenvolvidas ao longo de toda a década de 1950. Havia a proposta de transformar o “comando” em uma “central” no congresso que se realizaria em 1964. Contudo, o golpe impediu este processo, proibindo o funcionamento do CGT.

⁷ Conjunto de reformas estruturais propostas pelo governo de João Goulart e defendidas pelos movimentos sociais. Segundo a mensagem – publicada pela Biblioteca da Presidência da República, sem data – do presidente Jango ao congresso nacional, na página 5, elas seriam o instrumento para a “transformação de uma sociedade arcaica em uma nação moderna, verdadeiramente democrática e livre”. Além disso, na página 6, indica-se que elas seriam “reformas capazes de substituir as estruturas existentes por outras compatíveis com o progresso realizado e com a conquista dos novos níveis de desenvolvimento e bem-estar”. Na mesma página e na seguinte, Jango aponta: “Optei pelo combate aos privilégios e pela iniciativa das reformas de base, por força das quais se realizará a substituição de estruturas e instituições inadequadas à tranquila continuidade do nosso progresso e à instauração de uma convivência democrática plena e efetiva”. Entre elas teríamos as reformas: bancária, fiscal, urbana, eleitoral, agrária e educacional.

⁸ SANTANA, Marco A. “Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo dos anos 50”. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁹ ERICKSON, Kenneth P. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 209.

¹⁰ ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. “O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”. In: *Debate e Crítica*, n. 6, São Paulo, julho de 1975.

¹¹ Quando um arranjo político mais geral, pelo menos desde 1950, no segundo governo de Getúlio Vargas, abria maiores espaços de participação aos trabalhadores, flexibilizando de certa forma a utilização dos aspectos mais restritivos presentes na CLT, tais como a proibição de constituição de organismos intersindicais de cúpula, organizações de base etc.

¹² Durante a vigência deste tipo de estabilidade, ao completar dez anos de trabalho em um mesmo local, o trabalhador acedia ao direito à estabilidade. Com isso, o seu contrato de trabalho só seria objeto de interrupção em caso de justa causa ou falta grave, e, mesmo nestes casos, após o fato apurado por meio de inquérito para a averiguação da acusação. No caso de um pedido de desligamento por parte do próprio

trabalhador, este só poderia ser aceito sob a assistência de uma das instâncias como o sindicato, o Ministério do Trabalho ou a Justiça do Trabalho.

¹³ ERICKSON, *op. cit.*, p. 214.

¹⁴ Como em outros períodos, muitas justificativas eram buscadas para as intervenções. Quase sempre se fazia figurar entre elas, sem grandes comprovações, a de malversação de fundos por parte dos setores atingidos.

¹⁵ O PCB, no pré-1964, era o partido hegemônico no âmbito da esquerda política e sindical. Esta posição continuará no período logo após o golpe, quando, mesmo na clandestinidade, mantinha, até pela história e estrutura acumuladas, ação em várias categorias.

¹⁶ FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário 1964/1984* (v. 1). São Paulo: Novos Rumos, 1987; e CARONE, Edgard. *O PCB – 1964/1982* (v. 3). São Paulo: Difel, 1982.

¹⁷ FREDERICO, *op. cit.*, p. 81.

¹⁸ Entre elas, o já mencionado CGT e a Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (Ciscai). A Ciscai, pode-se dizer, foi a primeira “intersindical”, surgida na década de 1950. Organizada no dia 8 de junho de 1952, no Distrito Federal, surgiu no bojo da luta dos trabalhadores de diversos setores contra a aplicação da cláusula de assiduidade integral nos acordos salariais, o que, na prática, liquidava os aumentos de salários. O mecanismo era simples: ela obrigava o trabalhador a comparecer ao serviço todos os dias do mês, não permitindo nem mesmo o atraso de minutos em relação à hora de entrada na empresa. Qualquer atraso acarretava a perda de meio dia de salário, do aumento de salário durante todo o mês, bem como a perda de salário correspondente ao descanso semanal remunerado.

¹⁹ Ulisses Lopes fez uma trajetória ascendente típica do que deveria ser a militância comunista. Ele começa nos conselhos de fábrica, atua em várias comissões sindicais e chega à diretoria da entidade.

²⁰ A esta altura, segundo o Relatório do Exercício de 1963, o sindicato contava em sua base com 3.747 firmas registradas, 365 a mais que em 1962. Isso correspondia a aproximadamente, segundo o documento, 75.600 empregados, sendo cerca de 9 mil a mais que em 1962. Em termos de sócios, contava com cerca de 26 mil. Destes, 6.200 se associaram em 1963.

²¹ A busca da militância comunista para aproximar os metalúrgicos do RJ de lutas mais amplas era constante. Ao longo de 1962 e 1963, em praticamente todas as assembleias pediam algum tipo de moção, telegramas etc. por parte do sindicato, posicionando-se em apoio ou contra certos eventos políticos e/ou sindicais. Além

disso, entre outras, circularam na categoria campanhas de apoio a trabalhadores e governos com práticas que seriam identificadas com a defesa de suas lutas. Por exemplo, um abaixo-assinado ao governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola – que em 1963, já deputado, visitaria a sede do sindicato –, aplaudindo “os mais elevados gestos de patriotismo de V. Exa., pela distribuição de terras aos camponeses e pela encampação da Cia. Telefônica do Estado, que tão bem V. Exa. vem dirigindo”; e uma venda de bônus solicitando “a sua contribuição econômica para aliviar a penosa situação dos operários mineiros espanhóis e suas famílias, que sustentam a sua luta de reivindicações contra a ditadura franquista desde o dia 10/7/1963, embora as brutais repressões da ditadura. As contribuições serão enviadas aos mineiros pela Federação Sindical Mundial”.

²² As fontes usadas neste artigo foram conseguidas através do trabalho de entrevistas com Ulisses Lopes, realizado em fins dos anos 1980. Parte do material sindical – escrito, sonoro e iconográfico – do período do golpe foi retirado, por segurança, do interior da entidade pelos militantes políticos e sindicais. Acondicionados em sacos plásticos, foram enterrados em área rural do Rio de Janeiro, só sendo dali retirados no período da redemocratização. Tendo em vista os impactos destrutivos do golpe no sindicato, em termos, entre outros, de patrimônio e documentação, deve-se dizer que este trabalho foi fundamental para a preservação de parcela importante da história e memória da vida política e organizativa dos trabalhadores brasileiros. Em parte, este material foi repassado ao Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj-IFCS-UFRJ), estando aberto à pesquisa.

²³ Deve-se dizer que todas as atividades usuais da vida da entidade foram mantidas, senão intensificadas, como se pode verificar através do Relatório do Exercício de 1963. Nele percebe-se o conjunto de atividades, no que diz respeito aos bailes, campanhas, torneios, festivais, eventos etc., que, apesar do dreno das atividades mais gerais intensificadas, não foram deixadas de lado.

²⁴ A Declaração de Março de 1958 é marco importante, na medida em que consolida uma alteração de orientação e abre novo flanco de acirramento das disputas internas. Ela vai tentar dar conta da nova realidade existente buscando superar a linha estabelecida pelo IV Congresso, que já parecia caduca e ultrapassada no momento mesmo do congresso. A declaração reiterava a visão da revolução brasileira em duas etapas (primeiro a democrática e nacional, depois a socialista); indicava o caminho das lutas pelas reformas estruturais como meio de intensificar o desenvolvimento capitalista e precipitar a primeira etapa da revolução; definia o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), eleito também com o apoio comunista, não como de traição nacional, mas como de composição heterogênea, no qual o presidente oscilava entre a ala nacionalista (à qual se deveria dar todo o apoio para garantir sua hegemonia)

e a entreguista, indicando uma visão que se estendia do governo para a visão da sociedade pelo partido; e apontava o caminho pacífico da revolução. Este ponto representava um verdadeiro ineditismo em termos de formulações do partido acerca da revolução brasileira. Em cada setor ou local onde atuassem, os comunistas deveriam ampliar os contatos com “patriotas e democratas” de outras correntes, com a finalidade de organizar a ação conjunta pelos objetivos de interesse comum. No que diz respeito ao movimento dos trabalhadores, eles lutariam “intransigentemente” pela melhoria do nível de vida, por aumentos dos salários e vencimentos e contra qualquer “medida reacionária” que visasse ao congelamento dos salários. Mais detalhes sobre o documento em CARONE, *op. cit.*

²⁵ No que diz respeito à sua incansável busca de legalização, o PCB aprova, em conferência nacional realizada em setembro de 1961, um novo programa e um novo estatuto, nos quais, além de alterar seu nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, não são feitas menções à ditadura do proletariado e ao marxismo-leninismo. Tais mudanças visavam, claramente, abrir terreno e aparar arestas que dificultassem a obtenção de seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Estes procedimentos foram a gota d’água para que o setor “ortodoxo” – João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros –, que de há muito divergia internamente, se afastasse do partido.

²⁶ Este auditório era, por vezes, usado até mesmo por emissoras de televisão para transmissão de programas de auditório.

²⁷ A atuação dos círculos junto ao movimento operário percorreu longo percurso histórico, cobrindo vários períodos. Apesar de não serem hegemônicos e, às vezes, nem tão numerosos em termos de apoio nas bases sindicais, no pós-golpe forneceram base e quadros para muitas intervenções. No caso dos metalúrgicos do RJ não foi diferente. Para mais detalhes acerca da história dos círculos, SOUSA, Jessie Jane V. de. *Círculos operários. Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

²⁸ Na lista do DNT constam ainda os nomes de Heraclides Santos, Jarbas Amorim, Raimundo dos Santos e José Ferreira Matos.